CONTRIBUIÇÕES DA NOÇÃO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA A PESQUISA E A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Guilherme Borges da Costa[1]

Luzia Mitsue Yamashita Deliberador [2]

Alessandro Soares da Silva [3]

RESUMO: Este artigo discute as contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e prática da comunicação comunitária. Partimos de uma revisão de literatura sobre comunicação comunitária, discutindo sua vinculação com a noção de participação. Na sequência qualificamos tal noção a partir da discussão sobre consciência política, apresentando o "Modelo para o Estudo de Consciência Política" de Sandoval (2001). Por fim, discutimos as contribuições deste modelo e da teoria a ele relacionada para o estudo e prática da comunicação comunitária, a partir de três pontos de análise: o papel da identidade coletiva nas relações de grupo; a questão da eficácia política e sua relação com a capacidade de mobilização e resistência do grupo; o papel das vontades dos participantes no que se refere à ação coletiva. O entendimento é que a comunicação comunitária pode ser uma ferramenta de socialização política e um instrumento de ação para fazer frente à incompetência democrática mencionada por Breton (2006) e de enfrentamento da crise política contemporânea discutida por Dorna (2004, 2006).

PALAVRAS-CHAVE: *comunicação comunitária, consciência política, participação, socialização política.*

---

[1] Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP); docente do curso de graduação em Jornalismo da Faculdade Maringá e do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Comunicação Popular e Comunitária da UEL. É membro e vice-coordenadora do grupo de pesquisa COMUNI (Cnpq). Email: adeli@sercomtel.com.br

[2] Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP); docente do curso de graduação em Jornalismo da Faculdade Maringá e do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Comunicação Popular e Comunitária da UEL. É membro e vice-coordenadora do grupo de pesquisa COMUNI (Cnpq). Email: adeli@sercomtel.com.br

[3] Livre-docente, Universidade de São Paulo (USP); doutor em Psicologia pela PUC/SP; docente do curso de Gestão em Políticas Públicas da EACH/USP. Coordenador do Gepsipolim/USP. Email: alessoares@usp.br

Introdução

A comunicação comunitária, campo que se estrutura Brasil entre a década de 70 e o começo dos anos 90, com influências das ideias de Paulo Freire e da horizontalidade proposta pela Escola Latino-Americana de Comunicação, tem como elemento chave a participação da comunidade na produção do próprio instrumento de comunicação, isto objetivando difundir conteúdos educativos e culturais, com a finalidade de ampliação da cidadania. Peruzzo (2001) destaca que os comunicadores comunitários, ao participarem das ações comunicativas, educam e são educados politicamente, na medida em que se envolvem com as dinâmicas da própria vida cotidiana.

Deliberador e Vieira (2006) reforçam que a comunicação comunitária deve ser compreendida como o canal de expressão de uma comunidade (independente de seu nível socioeconômico e sua localização territorial), que também funciona como um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. Por isso, na avaliação das autoras, sua característica principal é possibilitar a participação dos sujeitos que integram esta comunidade, enquanto produtores e receptores das informações. "Ou seja, o processo de comunicação comunitária deve ser feito pela e para a comunidade, com o compromisso de melhorar o seu desenvolvimento social mediante a busca constante de autonomia, seja sob a forma de cogestão (participação limitada; poder relativo), seja de autogestão (participação ativa e direta da população nas decisões)" (Deliberador & Vieira, 2006: 346).

Partindo desta perspectiva que vincula as noções de comunicação comunitária e participação, o presente artigo se propõe a discutir as contribuições da noção de consciência política em Sandoval (1997, 2001) para a pesquisa e prática da comunicação comunitária. O texto se inicia com uma breve revisão de literatura sobre o conceito de comunicação comunitária, ressaltando sua vinculação com a noção de participação. Na sequência, qualificamos a noção de participação a partir de uma visão psicopolítica, relacionando-a a discussão sobre consciência política, apresentando o "Modelo para o Estudo de Consciência Política" de Sandoval (2001). Por fim,

discutimos as contribuições deste modelo e da teoria a ele relacionada para o estudo e prática da comunicação comunitária.

Comunicação comunitária e participação

Não há, por hora, uma definição única de comunicação comunitária no Brasil, no entanto, o que a literatura especializada aponta é a vinculação desta com a noção de participação. A comunicação comunitária, como a entendemos neste artigo, é um fenômeno comunicacional latino-americano, oriundo dos movimentos populares reivindicatórios das décadas de 1970 e 1980 (Peruzzo, 2006), que se desenvolveu em variadas práticas e em diferentes meios (impresso, radiofônico, televisivo e, mais recentemente, digital) com o objetivo de dar voz às minorias (Paiva, 2005), educar para cidadania, num processo de conscientização política (Deliberador & Vieira, 2006) e de resistência à comunicação "oficial" dos grandes veículos de comunicação.

Na sua origem, tal fenômeno foi tratado como "comunicação popular", com variações de "alternativa", "horizontal", "contra-comunicação", "comunitária". O que se observa de comum entre tais expressões era a relação entre práticas comunicacionais populares e os movimentos sociais da época. Eram fanzines, cartilhas, quadrinhos, fitas-k7, jornais de sindicatos, de associações de bairro, produzidos como ferramentas de educação e resistência política, além de um meio concreto de combate político e reivindicações dos setores tradicionalmente excluídos da chamada grande mídia[4].

Desta época, destacam-se os escritos de Mario Kaplún, que falava de uma comunicação libertadora e transformadora, que tinha o povo como produtor e protagonista, mas também, ampliando as fronteiras acadêmicas para além da comunicação, os escritos de Paulo Freire e sua pedagogia como prática da liberdade, e Ignácio Martin-Baró e sua psicologia da libertação. No Brasil, nas décadas de 80 e 90 aparecem importantes obras com Regina Festa e Carlos Eduardo Lins da Silva (1986), Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão (1986), Cicília Peruzzo (1998),

[4] Para discussão sobre o conceito de comunicação comunitária no Brasil, ver Deliberador e Vieira (2006); Peruzzo (2006, 1998); Paiva (2007, 1998).

Denise Cogo (1998) e Raquel Paiva (1998). A partir dos anos 2000, diversas práticas em comunicação comunitária começam a ser registradas e analisadas a partir da constituição de grupos de pesquisa (com destaque para o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local, da Universidade Metodista de São Paulo) e a criação de cursos de especialização, como o *Lato Sensu* em Comunicação Popular e Comunitária, da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná.

Com o passar dos anos, a mudança nos contextos políticos dos países (estabelecimento dos regimes democráticos, em específico) mudou o cenário, mas o perfil político de tais produções se manteve. As experiências comunicacionais, antes eminentemente combativas, abrem espaços para práticas plurais, mais lúdicas e culturais, porém não menos interessadas na mudança social. Consolidam-se, no Brasil, as rádios comunitárias, aparecem novas publicações e também os canais comunitários de TV. Com o desenvolvimento tecnológico e a popularização da internet, aparecem ainda páginas online, blogs, perfis e canais de vídeo em redes sociais. Diante deste cenário, Peruzzo (2006) observa:

> Por tudo o que já foi analisado, a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educomunicativos, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (Peruzzo, 2006: 9-10).

O que temos a partir desta perspectiva, é a centralidade da participação do cidadão na produção e gestão das formas de comunicação. Podemos ter diferentes expressões comunicacionais, em variados veículos, porém o que determina a prática como comunitária é o envolvimento direto de uma pessoa ou grupo na produção de conteúdo. A natureza dos discursos também define o lugar do comunitário na comunicação. Trata-se de um conteúdo que visa a transformação e o desenvolvimento

social de realidades locais em busca de autonomia política para os emissores e receptores destas informações.

Se a noção de participação é central neste campo de pesquisa acadêmica e atuação, o que entendemos por participação? De acordo com Lucia Avelar (2007), participação é uma palavra latina, do século XV, oriunda de *participatio*, *participationis*, *participatum*, e significa "tomar parte", compartilhar, associar-se. Na visão de Pizzorno (citado por Avelar, 2007), a participação se refere à ação "que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e, portanto, os valores) de um sistema de interesses dominantes".

Para Melucci (1996), a participação se refere a toda e qualquer forma de ação coletiva. Ainda de acordo com este autor, a definição de participação deve levar em conta conteúdos diferentes: primeiro que quem participa buscando seus objetivos se identifica com os interesses gerais de um sistema dominante, legitimando-o; e segundo que "a participação se dá em um contexto competitivo de interação estratégica e com o objetivo de exercer algum grau de influência na distribuição de poder em benefício de um grupo específico" (Melucci, 1996: 306).

A partir de uma perspectiva histórica e política, é possível compreender que a participação aparece junto ao Estado de soberania popular, nos séculos XVIII e XIX, durante as revoluções europeias, rompendo a lógica da correspondência entre a posição social e política dos indivíduos. Trata-se de uma ruptura lenta, que começou com a queda gradativa da aristocracia, ao passo da ascensão burguesa, incorporando mais tarde a classe trabalhadora nos processos de tomada de decisão, através da consolidação dos sindicatos. No século XX, os partidos políticos e os movimentos sociais, além das subculturas políticas, contribuíram para o fortalecimento da democracia, por meio da ampliação da participação e organização da sociedade (Avelar, 2007).

No Brasil, a emergência da participação teria se dado em meados do século XX, quando o país avançou rumo a se tornar uma sociedade urbana. A organização dos sindicatos de uma maneira diferente daquela realizada na década de 1930, quando estes eram atrelados ao Estado, o que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, possibilitou uma maior expressão de participação política no país. Também ganhou forma com o

movimento das comunidades eclesiais de base, da Igreja Católica, com os movimentos das mulheres e dos negros (Avelar, 2007). É neste contexto que aparecem as primeiras práticas de comunicação comunitária no Brasil.

Peruzzo (1998) ressalta que ao falar de participação, é preciso também analisar o grau e a natureza do envolvimento de quem participa, pois na avaliação da autora, entre os brasileiros há o predomínio de uma cultura de delegação política. Trata-se de uma transferência de responsabilidades a uma figura hierarquicamente superior, quando o próprio grupo poderia assumir tais ações. No entanto, tal qual entendemos a comunicação comunitária, acomodar-se e delegar poder a alguém hierarquicamente acima da posição em que se encontra, é assumir o roubo da sua subjetividade e, portanto a sua subjugação. "Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo natural e participativo" (Demo, 2001: 20).

Sendo assim, a comunicação comunitária, que tem como elemento chave a participação da comunidade na produção do próprio instrumento comunicativo, naturalmente se coloca contrária a toda forma de repressão e controle do poder. Aliás, ela se constitui como outra forma de poder: descentralizado e interessado no bem comum (Paiva, 1998). Mas para se chegar a este ponto, o caminho é árduo, como apontam algumas experiências (Costa, 2006; Deliberador & Lopes, 2011; Deliberador & Vieira, 2006), afinal "a participação tende a ser um discurso teórico, para encanto das plateias e das modas. Para se chegar à prática, supõe-se forte ascese, que é mais fácil pregar aos outros, do que concretiza-la em nós" (Demo, 2001: 21).

Considerando este cenário, Peruzzo (1998) organiza uma classificação dos níveis de participação:

i) Participação Passiva: a pessoa não se envolve e simplesmente delega (conscientemente) decisões a outra pessoa. Nesta modalidade, o exercício do poder é do tipo autoritário (1998, p. 78).
ii) Participação controlada: Facilmente percebida nos relacionamentos entre segmentos da população e movimentos populares com o poder público. Pode ser conquistada, mas é frequentemente concedida. Possui duas características:

Limitação – "a participação controlada é limitada, ou seja, é favorecida e possível somente nos aspectos ou até o ponto que as instâncias detentoras do poder permitem" (1998, p. 79).

Manipulação – manipular a comunidade é quando se tenta, de forma não revelada, adequar as demandas da mesma aos interesses de quem está no poder. É também possibilitar uma pseudo participação; como a população escolher algo que já seria feito de qualquer maneira. "Na participação controlada, principalmente a manipulável, o exercício do poder não deixa de ser autoritário, apesar de apresentar-se como democrático. Delegam-se parcelas de poder, descentralizasse-o até certo ponto, mas mantêm-se intactas suas principais estruturas" (Peruzzo, 1998: 81).

iii) Participação poder: "Participação democrática, ativa e autônoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeito" (Peruzzo, 1998: 81). Esta forma de participação não é passiva, nem manipulada, mas nem todas as decisões podem ser democratizadas. Ela se subdivide em:

Cogestão – pressupõe a coparticipação, mas as decisões centrais ainda são tomadas pela cúpula hierárquica.

Autogestão – participação direta da população em todas as esferas da vida econômica, social, política, jurídica e cultural.

> "Enfim, a autogestão não deve ser confundida com formas que não possibilitem o autogoverno ou a participação efetiva de todos, diretamente ou por meio de delegados representativos, nos diversos níveis das decisões. Ao que tudo indica, ela, em sua plenitude, relaciona-se com a mais profunda utopia de igualdade, liberdade e desalienação, como uma fonte alternativa na busca de uma nova sociedade e de um novo homem." (Peruzzo, 1998: 86)

Participação e consciência política a partir de um viés psicopolítico

Pesquisas sobre participação ganharam especial atenção por parte dos estudiosos da Psicologia Política, disciplina que se debruça sobre "as crenças, representações ou sentidos comuns que os cidadãos têm sobre a política, e o comportamento que estes, seja por ação ou omissão, tratem de incidir ou contribuir para a manutenção ou mudança

de uma determinada ordem sociopolítica" (Sabucedo, 1996:22)[5]. Para Maritza Montero (1995), o tema da participação política é um dos mais estudados em Psicologia Política, embora seja pouco explorado em sua totalidade como fenômeno social. Na América Latina, segundo a autora, o tema teve um tratamento quase nulo, em função de uma visão dominante de que a participação política se referia apenas ao ato último da forma mais transcendente da decisão política, ou seja, o voto, assim como também à afiliação a partidos políticos. Ela propõe a ideia de ação política em vez de participação política, considerando que aquela supõe uma concepção do sujeito como ator, ativo e construtor da realidade, não como mero reprodutor em situações que exigem uma resposta.

> O conceito de ação política indica uma tomada de posição que considera, em primeiro lugar, que as pessoas são seres ativos, construtoras da realidade em que vivem, geradoras das mudanças, das tendências dominantes e das resistências. Esta posição está localizada dentro do paradigma relativista, construcionista, que a partir de meados da década passada surge como um contrapeso para a concepção predominantemente reativa a que nos acostumou o positivismo. Assim, a ação política é vista como parte da construção social cotidiana da realidade, como parte da evolução histórica e como conjunto de fenômenos, essencialmente dialéticos e dinâmicos. Consequentemente, a ação política inclui não apenas os feitos tradicionalmente considerados como "política", mas muitos outros, não menos políticos, mas também tradicionalmente negligenciados ou relegados à esfera da patologia social ou das "disfunções" sociais. Nesse sentido (...) sua perspectiva dos acontecimentos e de seus atores assume um caráter não apenas mais amplo, mas também mais democrático (Montero, 1995: 10).

Seoane (1988, 1990), por sua vez, compreende que participação política deve ser entendida em um contexto ampliado, fazendo referência a todas as ações sociais e institucionais que visem objetivos políticos e mudanças nas estruturas que fundamentam o *status quo* de um sistema social, nacional e internacional. O autor define a participação da seguinte maneira:

> Participar é querer ser levado em conta na forma em que se tomam decisões, na determinação de quem toma as decisões; participar também é querer ter informação sobre as decisões tomadas; até opor-se e resistir a uma decisão tomada é uma forma de participação. Ao contrário, o que não se constitui como participação nesse terreno é obedecer às decisões já tomadas; estes são atos de submissão política, que podem constituir uma virtude ou uma responsabilidade política, mas não é um ato de participação, posto que não tem a intenção de influenciar a tomada de decisões. A partir deste ponto de vista, a conduta de voto é uma participação necessária, mas não suficiente, como diriam os lógicos (Seoane, 1990: 176).

[5] Sobre Psicologia Política ver Dorna e Sabucedo (1996), Sabucedo (1996), Seoane e Rodriguez (1990).

Tais perspectivas, de Montero e Seone, dão margem para compreendermos as dinâmicas subjetivas/objetivas da ação do sujeito participante, conforme abordaremos adiante, ao tratarmos do Modelo Analítico da Consciência Política, proposto por Sandoval (2001).

Partimos da premissa que a noção de participação se relaciona à de consciência política na medida em que se busca significar o ato de participar, afinal a consciência política, enquanto um conceito psicossociológico, se refere aos significados que cada indivíduo atribui às interações diárias e acontecimentos de suas vidas (Sandoval, 1994). Além disso, Silva (2006) destaca que no estudo das ações coletivas, "se de um lado há que se entender os elementos que levam à participação ou não, também há, por outro, que entender como a participação gera pertenças, desfaz pertenças, transforma as consciências individuais e as torna mais coletivas e homogêneas (...)" (Silva, 2006: 492).

Diante desta perspectiva, apresentamos o Modelo Analítico da Consciência Política (Figura 1), proposto por Sandoval (2001) e composto por sete dimensões estruturantes: i) crenças, valores e expectativas societais; ii) identidade coletiva; iii) identificação de adversários e de interesses antagônicos; iv) eficácia política; v) sentimentos de justiça e injustiça; vi) vontade de agir coletivamente e vii) metas de ação coletiva (Sandoval, 2001).

Tal modelo é resultado de um trabalho que recebe influências de autores como Allan Tourraine, Charles Tilly; Willian Gamson e Hewstone (Silva, 2006). Partindo do modelo de consciência proposto por Tourraine, quando aquele tratava da consciência operária, Sandoval acrescenta a dimensão "Vontade de Agir Coletivamente" às três dimensões originárias do pensador francês (Identidade, Oposição e Totalidade[6]). A partir de Gamson, Sandoval aprofunda sua discussão da relação entre o "eu" e a sociedade, entretanto, diferente do primeiro, o segundo entende a consciência política

[6] Sobre as três dimensões do modelo de consciência política proposto por Tourraine, i) Identidade, que é a dimensão que se refere à identificação do indivíduo com uma classe e seus elementos que o diferenciam das demais; ii) Oposição, dimensão que se relaciona à percepção do indivíduo sobre a sua classe, em oposição às demais, especialmente em relação à classe dominante; e iii) Totalidade, se refere à percepção do individuo sobre a dinâmica social, distribuição de bens sociais e sistema de dominação de uma determinada sociedade, verificar Tourraine (1966).

não somente como sustentação da ação coletiva, mas também como chave para compreender processos de desmobilização individual e coletiva (Silva, 2006). Por fim, de Tilly, com quem trabalhou durante seu processo de doutoramento, Sandoval recebe influências sobre os processos e as dinâmicas dos conflitos no agir coletivo.

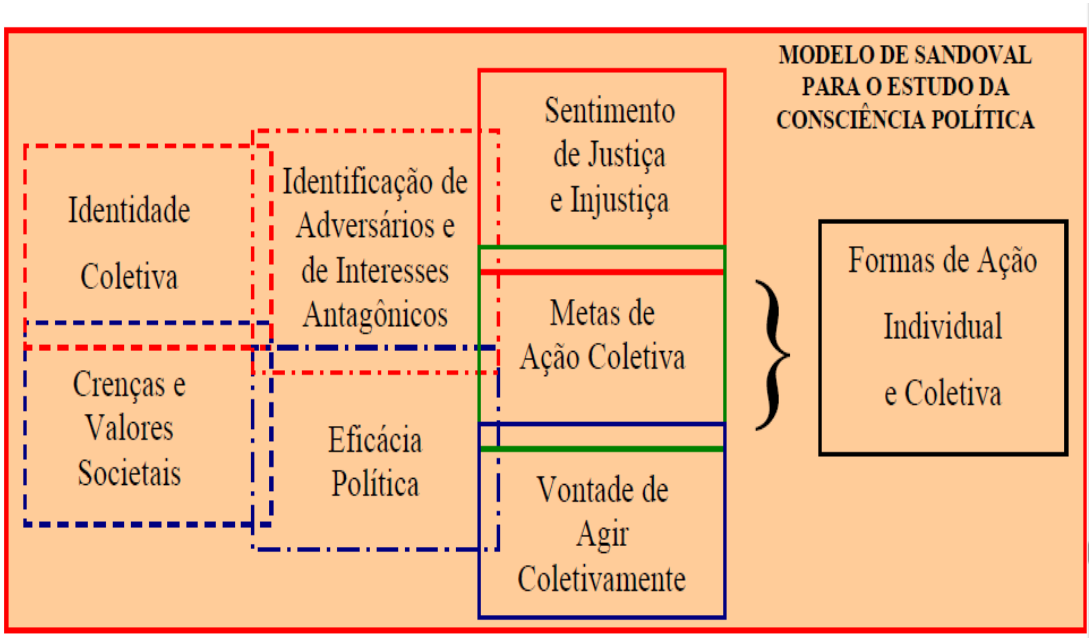

Figura 1: Esquema do Modelo de Consciência Política

Fonte: Traduzido do inglês por Silva, 2006: 500.

A respeito do Modelo Analítico de Consciência Política, Silva (2006) ressalva que se trata de uma apresentação didática (o que elimina a obrigatoriedade de trabalhar as categorias em uma sequencia pré-estabelecida) e se refere a uma maneira de compreender como os diferentes elementos objetivos e subjetivos relativos aos sujeitos concorrem no processo de consciência política dos mesmos. Apoiando-se em Guiddens, Sandoval afirma que a consciência "não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta" (1994: 59).

Seguindo tal raciocínio, o autor chama atenção para os escritos de Heller sobre os efeitos do cotidiano na forma de pensar dos sujeitos, sendo que os impactos da rotina seriam o desenvolvimento de um pensamento pouco crítico, imediatista e utilitarista,

seja em função da naturalização que aquela impõe às situações da vida, seja em função do comodismo que os indivíduos adotam ao se relacionar com os fatos do dia-a-dia. Apoiando-se em Heller, afirma:

> Essa falha na racionalidade e a ênfase sobre o pragmaticismo se refletem no caráter fragmentário do pensamento das pessoas combinado à mescla não-sistemática de material cognitivo e juízos superficial de valores, convertendo a pressa no "desejável" e a eficiência no "natural", na medida em que as opções de comportamento delas lhes permite continuar no ritmo do dia-a-dia com um mínimo de perturbação (Sandoval, 1994: 64).

Sandoval (1994) ressalta, no entanto, que é preciso levar em conta também que não apenas o cotidiano influencia a consciência do sujeito, mas também as instituições que ele entra em contato. Desta feita, o modelo analítico proposto por Sandoval (2001) busca compreender os processos que concorrem na construção desta consciência política em sua totalidade, considerando as dinâmicas exteriores e subjetivas do indivíduo.

A primeira dimensão – "Identidade Coletiva" –, por sua vez, consiste no sentimento de pertencimento ou identificação do indivíduo com um ou mais grupos ou categorias sociais. Além disso, na visão do autor, tal dimensão se relaciona com os investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais ou mesmo culturais, que os indivíduos ou grupos empenham, bem como o trabalho para manter o grupo coeso, tendo cada indivíduo desenvolvido um sentimento de unidade e pertencimento desenvolvido.

> Portanto, a identidade coletiva é o sentimento de solidariedade que permite ao indivíduo desenvolver laços interpessoais que conduzem a um sentimento de coesão social. Essa coesão social permite ao indivíduo se identificar com uma ou mais categorias sociais, reconhecer-se como pertencente a ela (s) e ser reconhecido como pertencente a ela (s) (Silva, 2006: 504).

A segunda dimensão do modelo de Sandoval – "Crenças, Valores e Expectativas Societais" – considera que as crenças, valores e expectativas podem ser compreendidos como "representações sociais sobre a natureza, a estrutura, as práticas e as finalidades das relações sociais que constituem a sociedade na vida de cada indivíduo" (Sandoval, 2001: 187). Tal dimensão se relaciona com os valores e expectativas "impostos"

socialmente através de diversos processos de dominação, e que, por sua vez, têm impacto direto nas escolhas e no agir dos indivíduos.

Sobre a terceira dimensão deste modelo de consciência política – "identificação de adversários e de interesses antagônicos" –, ela se refere à maneira como interesses simbólicos e materiais de um grupo se opõem aos interesses de outros grupos, o que possibilitaria a compreensão da existência de adversários coletivos na sociedade, o que, por sua vez, seria um elemento-chave para a as ações coletivas. Tal dimensão, na visão de Silva (2006), insere a relação entre indivíduo e estrutura social, uma vez que esta produz múltiplos significados, que, inclusive, podem explicitar os dissensos que constituem a sociedade. No entendimento de Sandoval (2001), esta dimensão assume um papel de destaque, pois a identificação desses interesses antagônicos e de adversários auxilia na mobilização de indivíduos a agir contra um objetivo específico, mesmo sendo este um indivíduo, um grupo ou uma instituição, ou a posicionar-se em defesa de suas posições, consolidando-as.

A quarta dimensão consiste no sentimento individual de eficácia política, ou seja, o sentimento do indivíduo sobre a sua capacidade de intervir em uma situação política. Tal dimensão recebe influências da Teoria de Hewstone (Ansara, 2009; Costa, 2009), que aponta três interpretações às causas e motivações que os indivíduos atribuem as coisas que lhes acontecem:

1. Forças transcendentais – fenômenos históricos, desastres naturais ou intervenção divina. Produz baixo sentimento de eficácia política, gerando, via de rega, situações de submissão e conformismo frente às situações de angústia social.
2. Soluções individuais – as pessoas atribuem a si mesmas as responsabilidades acerca do que acontece. As pessoas procuram soluções individuais para situações sociais.
3. Ações de outros indivíduos ou grupos – as pessoas acreditam que situações de angústia social são resultantes das ações de grupos ou indivíduos, o que pode levar a um sentimento de coragem para a mudança da situação. Neste caso o sentimento de eficácia política é o mais elevado entre os três, o que poderia resultar num processo de ação para a mudança.

O sentimento de eficácia política é apontado por alguns autores como essencial para que o indivíduo se lance em um processo participativo.

Outra dimensão do Modelo Analítico de Consciência Política – "sentimentos de justiça e injustiça" – se refere aos sentimentos pessoais de justiça e injustiça, sendo que os últimos, segundo Sandoval (2001), seriam comuns – via de regra – a integrantes de movimentos sociais, como uma forma de legitimar suas reivindicações. Esta dimensão recebe influências dos escritos de Moore (1978) sobre injustiça social.

A sexta dimensão – "vontade de agir coletivamente" – consiste na predisposição individual em adotar ações coletivas para reparar injustiças cometidas. Esta dimensão focaliza alguns aspectos, como destaca Sandoval:

> Um se refere aos custos e benefícios para lealdades interpessoais e laços resultantes da participação ou não no movimento, um segundo (aspecto) se refere aos ganhos ou perdas de benefícios materiais resultantes de participação no movimento social, o terceiro refere-se à percepção do risco físico em se engajar em ações coletivas, dadas as condições conjunturais (Sandoval, 2001:189-190).

A disposição em agir coletivamente é um dos pontos de discordância entre Sandoval e Tourraine, ao elaborar seu modelo de consciência (Silva, 2006). Para Sandoval, de um modo geral, os indivíduos são mais predispostos a não participar do que participar em ações coletivas uma vez que avaliam, racionalmente, os custos e benefícios, as perdas e os ganhos materiais e os riscos concretos que envolvem a sua escolha em participar ou não de movimentos sociais ou de ações coletivas (Ansara, 2009).

Essa dimensão, segundo Silva (2006), se relaciona com os estudos de Klandermans (1992), e, assim como a próxima dimensão – "Metas de Ação Coletiva" – encontra subsídios em trabalhos de autores da teoria da escolha racional que estudam os determinantes da participação coletiva.

> Sandoval ressalta que, em ambas as dimensões, as decisões que os sujeitos tomam, seja individualmente como coletivamente, relativas à sua participação em um movimento social, são fruto de escolhas informadas e significadas que influenciam na participação e no compromisso dos sujeitos com o movimento social (Silva, 2006: 509-510).

Ainda sobre a última dimensão do modelo de Sandoval, esta se refere ao grau em que os participantes percebem uma relação entre os objetivos do movimento social, as estratégias de atuação traçadas por eles, somadas aos seus sentimentos de injustiça, de seus interesses e sentimentos de eficácia política.

Sobre o Modelo Analítico de Consciência Política, Silva afirma que este "oferece um referencial teórico consistente para a pesquisa da participação política, da participação coletiva, e serve como ferramenta conceitual para os trabalhos de socialização política desenvolvidos pelos dirigentes e militantes de movimentos sociais, bem como para a atuação daqueles que se dedicam a esse tipo de estudo" (Silva, 2006: 511).

Contribuições para a comunicação comunitária

Compreendendo o modelo de Sandoval (2001) como um esquema orientador e não estanque para o estudo da consciência política, destacamos três pontos que entendemos pertinentes à prática da comunicação comunitária: i) o papel da identidade coletiva nas relações de grupo; ii) a questão da eficácia política e sua relação com a capacidade de mobilização e resistência do grupo; iii) o papel das vontades dos participantes no que se refere à ação coletiva.

i) *Criação de vínculos identitários*. Nem sempre é o elemento espacial que define uma comunidade, há outros vínculos que se estabelecem que vão além do caráter geográfico. Esta discussão foi feita por Paiva (1998), porém o que gostaríamos de ressaltar aqui é o papel dos vínculos identitários no desenvolvimento de uma ação comunitária. É na relação com o outro que cada sujeito elabora a si mesmo. Este processo não é rígido nem único. Os variados contextos e relações que estabelecemos ao longo da vida mantêm um contínuo processo de significação e resignificação. Isto nos aproxima e afasta de ideias, pessoas e comportamentos. Ao participar de um grupo, para além da(s) identidade(s) individual(ais), entra(m) em cena a(s) identidade(s)

coletiva(s). Estabelece-se uma espécie de "nós" X "eles", que como destaca Silva (2006), cumpre papel de coesão no grupo.

Refletindo sobre a prática da comunicação comunitária, entendemos que compreender e potencializar esse processo de vinculação identitária é necessário e importante para o estabelecimento, manutenção e fortalecimento das equipes de comunicação. Para tanto, nos valeremos mais uma vez do modelo de Sandoval (2001). Trabalhar no grupo os valores comuns e as crenças que os participantes trazem para o coletivo nos parece um caminho para a criação de vínculos. Além disso, observar quais são os grupos que antagonizam dentro do contexto em que aquela equipe desenvolve sua prática também pode ser uma maneira de criar identificação, além de ser pertinente e necessário para o estabelecimento do grupo na comunidade.

ii) *Trabalhar o sentimento de eficácia política*. Em um contexto sociopolítico em que o sujeito está cada vez mais atomizado, distante da "alma" da cidade (Dorna, 2004), trabalhar o sentimento de eficácia política dentro de um grupo nos parece uma possibilidade pertinente. Uma vez que a comunicação comunitária se estabelece como uma prática contra-hegemônica, temos que esta é um espaço de luta. Assim, os indivíduos que participam de práticas comunitárias acabam por desenvolver em si um sentimento de eficácia (ou ineficácia) política. Trata-se de uma "auto-percepção" sobre a capacidade das próprias ideias serem consideradas nos processos de tomada de decisão (de poder, portanto). A questão é que, ao envolver-se em uma prática comunitária, o comunicador, via de regra, centra-se no processo comunicacional a ser desenvolvido e pode deixar de lado tal condição.

Atentar-se para esta particularidade e propor ações a ela relacionadas pode auxiliar no fortalecimento identitário do grupo e, principalmente, no fortalecimento individual e do grupo no enfrentamento dos desafios das práticas contra-hegemônicas, ou seja, no sentimento de eficácia política dos participantes e do coletivo constituído.

iii) *Fortalecimento da coletividade*. Diante de um cenário de crise política (Dorna, 2004; 2006), onde percebemos um aumento do individualismo e dos valores econômicos sobre os políticos, é bem sucedido aquele sujeito que se

> sobressai ao outro e não o que colabora com a coletividade. Assim, aquele que adquire mais condições (capital econômico, político, intelectual, etc.) é quem "naturalmente" deve assumir a posição de liderança. Desconstruir esse valor, empoderando os indivíduos e o grupo, trabalhando as pluralidades individuais que, juntas, podem ser potencializadas, parece-nos um caminho para a prática da comunicação comunitária.

Como discute Sandoval (2001) os indivíduos estão mais predispostos a não participar de um ato coletivo que o contrário, uma vez que avaliam custos e benefícios, perdas e ganhos materiais e riscos concretos que envolvem a sua escolha. Ao fortalecer os vínculos identitários (e, por conseguinte, a coesão grupal), o sentimento de eficácia política de indivíduos e grupo, e trabalhar a coletividade destes participantes, acreditamos que será possível criar um ambiente de segurança para a participação. Uma vez seguros, os indivíduos poderiam se sentir mais confiantes e confortáveis para se envolver com os assuntos da comunidade em questão.

Considerações

Breton (2006), em estudo sobre a "capacidade democrática" de cidadãos franceses, identificou uma dificuldade dos participantes em comunicar-se publicamente. Mais que isso, de colocar-se em público; de argumentar e defender as próprias ideias, escutando e dialogando com as ideias alheias. Para ele, tanto quanto ser capar de se colocar é preciso saber ouvir o outro, considerá-lo e então travar um diálogo. O autor defende que esta dificuldade leva a uma incompetência democrática. Dorna (2004, 2006), por sua vez, fala de uma crise democrática, de uma ascensão do individualismo, dos valores privados sobre os públicos e de uma tecnocratização da política que leva a um desencanto do cidadão, provocando a queda do espírito republicano. Para ele, é como se o motor da democracia estivesse enroscado. Ambas as perspectivas dialogam com o que escreveram Sandoval (2001) e Peruzzo (1998); há uma dificuldade de mobilização do cidadão, que prefere não participar da vida pública e delega este papel a outrem.

Onde entra, neste cenário, a comunicação comunitária? Nosso entendimento é que ela pode ser uma ferramenta de socialização política. Além de dar voz às minorias, tais práticas possibilitam o desenvolvimento de um processo de educação cidadã, política, tanto de quem produz quanto de quem é o público dos veículos comunitários de comunicação. Tal entendimento é defendido por Peruzzo (2001), ao qual acrescentamos: a comunicação comunitária pode ser um instrumento que qualifica a participação cidadã. Não são apenas emissoras de rádio, jornais ou canais de TV comunitários, site, blogs, perfis em redes sociais. Trata-se de um entendimento do papel da comunicação nas práticas políticas do cidadão, da cotidianidade. Menos o quê e mais como. E é a partir do Modelo de Consciência Política proposto por Sandoval (2001) que pensamos haver caminhos que os comunicadores comunitários devem estar atentos a contemplar em suas práticas. Preocupações que vão além das técnicas e dos meios, e chegam ao conjunto da prática.

A comunicação comunitária pode ser pensada como uma maneira de fazer comunicação que promova o diálogo político entre segmentos da sociedade que não se escutam e não dialogam. Um instrumento de ação para fazer frente à incompetência democrática mencionada por Breton (2006) e de enfrentamento da crise política discutida por Dorna (2004, 2006). Mas ela é, sobretudo, instrumento para a conscientização política, para a superação da "consciência ingênua", apontada por Freire, em direção a uma "consciência crítica" (Deliberador & Lopes, 2012), onde o sujeito sai da condição de assujeitado do seu próprio "eu" e pode tornar-se protagonista de sua própria história.

Referências

ANSARA, Soraia. **Memória Política**: Repressão e Ditadura no Brasil. Curitiba: Juruá, 2009.

AVELAR, Lúcia. "Participação política". In.: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro:** uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BRETON, Philippe**. L'incompétence démocratique**: la crise de la parole aux sources du malaise (dans la) politique. Paris: La Découverte, 2006.

COSTA, Giseli Paim. **Cidadania e participação**: impactos da política social num enfoque psicopolítico. Curitiba (PR): Juruá, 2009.

COSTA, Guilherme Borges da. **Rádio CAIC** - uma experiência do rádio como instrumento de mobilização popular no Jardim União da Vitória. Monografia (*Lato Sensu* em Comunicação Popular e Comunitária). Universidade Estadual de Londrina: Londrina (PR), 2006.

DELIBERADOR, L., LOPES, M.. "Mídia Educação e a formação cidadã: análise das oficinas de rádio da escola municipal Olavo Soares Barros de Cambé – PR". **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 34, jun. 2011.

DELIBERADOR, L., LOPES, M.. "O legado de Paulo Freire para a práxis de midiaeducação na perspectiva da comunicação comunitária". **Anais do CELACOM 2012**. Bauru, 2012.

DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana Carolina R. "**Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa de assentamento do MST**". **Comunicação & Educação**. São Paulo, ano XI, n. 3 set/dez, 2006.

DORNA, Alexandre; SABUCEDO, José Manuel (Orgs.). **Études et chantiers de psychologie politique.** Paris: L´Hartmattan, 2006.

DORNA, Alexandre. **De l'âme et de la cité**: crise, populisme, charisme et machiavélisme: essais de psychologie politique. Paris: L'Harmattan, 2004.

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). **Comunicação Popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres.** A reforma agrária no ar. São Paulo: Brasiliense,1986.

MELUCCI, A. **Challenging codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MONTERO, Maritza. "¿Para qué Psicología Política?". **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v.9, n.18, 2009.

PAIVA, Raquel. **Mídia e política de minorias**. *Comunicação e cultura das minorias***.** São Paulo: Paulus, 2005.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**. Mídia, sociedade e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel. P**ara reinterpretar a comunicação comunitária**. *In*.: PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade*: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. In: *Revista Fronteiras* – estudos midiáticos, Vol.III, n.1, Setembro de 2001.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares**. A participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SABUCEDO, José Manuel. "Participación política". In.: SEAONE, J.; RODRÍGUEZ, A. **Psicología política**. Madri (Espanha): Pirámide, 1988.

SABUCEDO, José Manuel. "Psicología y participación política". **Boletín de Psicología**, Espanha, Vol 5, Set., p. 61-77, 1984.

SABUCEDO, José Manuel. **Psicología política**. Madrid: Sintesis, 1996.

SANDOVAL, Salvador A. M. "Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil". In.: SPINK, Mary Jane Paris (org.). **A cidadania em construção:** uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, Salvador A. M. "O comportamento político como campo interdisciplinar do conhecimento". In.: CAMINO, Leôncio; LHULLIER, Louise; SANDOVAL, Salvador (Orgs.). **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis (SC): Letras Contemporâneas, 1997

SANDOVAL, Salvador A. M.. "The Crisis of the Brazilian Labor Movement and Workers Political Consciousness". **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 01, p. 173-195, 2001.

SEAONE, J.; RODRÍGUEZ, A. **Psicología política**. Madri (Espanha): Pirámide, 1988.

SEOANE, Julio (org.). **Psicología Política de la sociedad contemporánea**. Valência: Promolibro, 1990.

SILVA, Alessandro Soares da. "Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica". **Interações** (Universidade São Marcos), São Paulo, v. VI, n. 12, 2001.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política**: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.